

Lições aos que Menosprezam a Mãe Terra - Gaia x Responsabilidade Social

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), anunciou um novo índice para avaliar o **compromisso das empresas com o bem-estar social**.

Entre as 150 companhias com maior liquidez na Bolsa, serão selecionadas as 40 melhores no quesito **responsabilidade social**. A prática já é adotada nos Estados Unidos e em alguns países da Europa.

O índice mais conhecido e que servirá de modelo para o indicador brasileiro é o DJSI (Dow Jones Sustainability Index). A lição dos tsunamis e dos furacões como o Katrina: - a exploração petrolífera contribui para degradar os manguezais que servem de proteção natural contra as enchentes.

Nova Orleans era protegida por um sistema de diques (está situada abaixo do nível das águas do Rio Mississippi e do Lago Pontchartrain) que, devido ao furacão, não resistiu à pressão da água.

Gaia, deusa da terra, escolhe locais para nos enviar mensagens sobre seus poderes ocultos: somos índios, indonésios, cingaleses, suecos, tailandeses, americanos em segundo lugar, pois acima de tudo **somos cidadãos e filhos da terra** e estamos compartilhando o destino comum de uma catástrofe e um desejo comum de ajudar e procurar minimizar o mal sofrido.

O tsunami, maremoto do dia 26 de dezembro no oceano Índico, o furacão Katrina nos USA (estima-se 10.000 mortos e mais de 500.000 desabrigados) embora tragédia imediata sofrida por milhões deva ser nossa primeira preocupação, também há lições de longo prazo que nos são dadas pelas catástrofes.

Precisamos ouvir Gaia. A **lição** se refere ao desenvolvimento nas regiões costeiras. A globalização dirigida pelo livre mercado, o respeito à vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros foi sacrificada em nome da construção de cidades, criadouros de camarões em escala industrial e refinarias.

Os mangues e arrecifes de coral são implacavelmente destruídos, eliminando-se assim as barreiras naturais contra tempestades, furacões e tsunamis. Estudo sobre o ciclone de Orissa, que matou 30 mil pessoas em 1999, mostra que a destruição fora muito mais grave onde os mangues haviam sido eliminados para a instalação de criadouros de camarões e refinarias.

O movimento popular levou a Suprema Corte da Índia a ordenar o fechamento de criadouros de camarões localizados a menos de 500 metros da linha da costa. Ao fundamentarem seus votos, dois membros da Suprema Corte disseram que o prejuízo causado à ecologia e à economia pelos estabelecimentos industriais de piscicultura é maior do que o lucro obtido com a venda de seus produtos.

Entretanto, em lugar de obedecer à ordem judicial, a indústria do camarão tentou anular as leis ecológicas para a proteção das zonas costeiras e influenciou sobre os governos para que as eximissem de cumpri-las.

Esse **não cumprimento das normas ambientais** que protegem as áreas costeiras teve claramente um papel no incremento da destruição causada pela tsunami. **Tomara que os governos aprendam a lição que a terra procurou dar ao “desenvolvimento”** que ignora os limites ecológicos e imperativos ambientais e que só pode levar a uma destruição inimaginável.

Enquanto o governo dos Estados Unidos e céticos quanto às advertências da mãe Gaia continuam argumentando que o Norte rico não pode se permitir à adoção de medidas para reduzir as emissões de CO₂, nem trabalhar pela redução do impacto da mudança climática com o conseqüente aquecimento das águas do Oceano Pacífico, agente causador do aumento dos furacões, tornam evidente como podem ser altos os custos de continuar agindo com a atual mentalidade mercantilista.

Os tsunamis e os furacões nos ensinam que um mundo organizado em torno dos mercados e do lucro **comprometem a natureza e as pessoas**.

Em Barretos, o engenheiro Roberto Leal de Figueiredo, cidadão barretense, protocolizou junto à promotora da cidadania da Comarca, Curadoria do Meio Ambiente e nos demais Órgãos competentes, várias denúncias para tentar reverter ou minimizar problemas ambientais e de mau uso dos recursos públicos elencados no manifesto.

Em destaque, o problema do mau cheiro. Denuncia no documento que desde o ano 2000 o Córrego Chico Moura não mais existe, está com seu leito literalmente seco em um determinado trecho.

O DAEE é órgão responsável pela fiscalização dos recursos hídricos no Estado. Acompanha as denúncias um grande número de assinatura colhidas na comunidade barretense.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental – rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br